

UMA VISÃO DA GEOGRAFIA SOCIAL E CULTURAL NA FRANÇA ¹

Une vision de la géographie sociale et culturelle en France²

Christine Chivallon³

RESUMO

Este artigo se propõe a descrever a estruturação do campo da geografia humana na França tal como surgiu no início do século XXI, para formar a base da disciplina. O que emerge é uma articulação entre os dois polos distintos que constituem o ramo “social” por um lado e o ramo “cultural” por outro, cuja origem reside em posturas políticas diferenciadas. A presença de geógrafos (as) de “elétrons livres”, no entanto, contribui para diversificar esse cenário disciplinar aparentemente bipartidário.

Palavras-chave: Geografia. França. Geografia cultural. Geografia social. Histórico disciplinar.

RÉSUMÉ

Cet article propose de décrire la structuration du champ de la géographie humaine en France tel qu’il se présentait au début du XXI^e siècle pour former le socle de la discipline. Il en ressort une articulation entre les deux pôles distincts que constituent d’un côté la branche « sociale » et de l’autre la « culturelle » dont l’origine tient à des postures politiques différenciées. La présence de géographes « électrons libres » contribue cependant à diversifier ce paysage disciplinaire d’apparence bipartite.

Mots-clés: Géographie. France. Géographie culturelle. Géographie sociale. Histoire disciplinaire.

-
- 1 Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de um outro artigo redigido a pedido da revista “Social and Cultural Geography” que objetivava ser uma apresentação geral da geografia social e cultural na França. A versão inicial foi publicada em inglês e em francês no número 4(3) de setembro de 2003.
- 2 Traduzido por Nécio Turra Neto, revisado por Elizabeth Mello e Alessandro Dozena, a partir do texto original intitulado: “Une Vision de la Géographie Sociale et Culturelle en France”, publicado em **Annales de Géographie**, 112^e. année, n. 364, p. 646 – 657, de nov./déc. de 2003.
- 3 Diretora de pesquisa, CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique-France). christine.chivallon@cnrs.fr.
✉ UMR 8053, Université des Antilles-CNRS.

A geografia francesa não pode ser social e cultural: ela é uma ou outra, mas não as duas ao mesmo tempo. Esta especificidade está presa à configuração de correntes de pensamento—“escolas” geográficas—que se articulam mais claramente a partir de clivagens políticas e notadamente da clivagem “direita—esquerda” da qual se conhece o significado sempre atual na França. Certamente, os anos de 1990 viram o sensível esfacelamento destas linhas de divisão com a emergência de uma geração que parece estar mais livre em relação a estes movimentos, mas talvez também menos engajada. O texto subsequente tentará descrever esta configuração da disciplina que, no curso dos últimos trinta anos, sedimentou-se em torno de alguns polos universitários. O texto abordará igualmente a contribuição destes – universitários e pesquisadores – que parecem evoluir como “elétrons livres”, tornando difícil um trabalho de localização dos saberes no interior de escolas bem identificadas.

O POLO DE “GEOGRAFIA SOCIAL”

A emergência da geografia social precede a da geografia cultural e pode ser datada precisamente no ano de 1982, com a realização, em Lyon, de um colóquio – primeiro do gênero – de “Geografia social”, cujos anais foram publicados sob a direção de D. Noin (1982). Aqueles que se proclamam atualmente integrantes desta corrente designam este colóquio como um “ato de nascimento” (Hérin; Chevalier, in Hérin e Muller, 1998, p. 7). O discurso introdutório dessa manifestação foi pronunciado por Renée Rochefort, uma antiga aluna de Pierre Georges, ele mesmo identificado a partir dos anos de 1950 como um dos primeiros marxistas na França (Marconis, 1996, p. 137). Os escritos deste último – já recorriam ao vocábulo de “geografia social” (Georges, 1945) – intervindo em um contexto marcado por

um classicismo desorientador, o que abalava seriamente o crédito concedido à disciplina. Nessa época, a geografia humana, sempre unida como hoje à sua irmã “a geografia física”¹, apresenta-se como uma ciência descritiva na tradição inaugurada por Vidal de La Blache, o qual encarna a imagem por excelência do pai fundador da Escola de geografia francesa. Objeto de críticas, às vezes exacerbadas, da parte de outras disciplinas das ciências sociais, a geografia figura como uma parente pobre ao lado das “grandes” que são a antropologia, a sociologia ou a filosofia; uma posição que está na base da hierarquia acadêmica que Pierre Bourdieu (1984) sistematizou, estabelecendo uma correspondência entre o hábito menos burguês (ou mais popular) dos geógrafos e sua prática científica ultrapassada, recolhida sob a modéstia de propósitos empiristas. É verdade que esta geografia é marcada por sua preocupação de inventariar os fatos que se manifestam na superfície da terra. Trata-se de se interessar pelos “gêneros de vida” (noção vidaliana) que se imprimem no meio ambiente, guardando talvez no espírito a célebre fórmula do “pai fundador”, segundo a qual a geografia é “a ciência dos lugares e não dos homens”.

Não é inútil remontar a tais concepções à medida que elas continuam assombrando a geografia francesa de hoje, afetada pelo peso de suas heranças, em que o par “física/humana” constitui, talvez, o mais característico. Não se deve ficar espantado – nem zombar – diante da vontade, sempre atual, de edificar a geografia como ciência social já que subsiste a tentação contrária de considerar o espaço geográfico como “primeiro”, dotado de um dinamismo próprio que

¹ A unidade da geografia física e humana não se mantém mais, a não ser dentro da universidade. O CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) decidiu, em 1991, por uma separação destas duas orientações concretizada pela criação de seções de avaliação distintas.

Ihe valeria o dever de ser estudado por uma disciplina particular, autônoma em relação às ciências sociais. Um recente colóquio organizado por J. Levy e M. Lussault (2000) se edificou tendo como base essa necessidade de afirmar que um “giro geográfico” havia acontecido na França. Os participantes foram convidados a reforçar a ideia de que a geografia não era mais “uma disciplina voltada sobre si mesma”, tendo “preferido o esgotamento epistemológico” muito mais que a “confrontação com o exterior”, mas que ela estava hoje, “verdadeiramente religada às outras ciências sociais”. Mas, se um tal estado de coisas tivesse sido adquirido, far-se-ia premente a necessidade de proclamar o seu advento?

Desde a contribuição de Pierre Georges se exprime essa vontade de situar a geografia como o estudo das sociedades por elas mesmas, em sua relação com o espaço, o que traduz o conteúdo das relações de produção. A corrente da “geografia social” que termina por alcançar uma visibilidade na década de 1980, estrutura-se completamente a partir deste apelo à uma “inversão de perspectiva”, tal como a tinha formulado Renée Rochefort, quer dizer, fazendo da sociedade “o motor, a chave”, e o espaço sendo “sempre secundário” (Rochefort, in Noin, 1983). Os geógrafos atuais reiteram este princípio: “a geografia social só começa quando o geógrafo se envolve com o estudo da sociedade, ou mais precisamente, com a análise do papel do espaço na reprodução e nas regulações sociais” (Séchet, in Hérin e Muller, 1998, p. 212).

Perfeitamente localizada no oeste da França, a corrente da geografia social está presente no seio de um laboratório – CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) organizado em rede, associando as equipes de pesquisa dos departamentos de geografia de 5 universidades (Angers, Caen, Le Mans, Nantes e Rennes). Além da filiação antiga com P. Georges, a influência também tem sido buscada

da perspectiva da corrente do “espaço vivido”, desenvolvida a partir da metade da década de 1970 com Armand Frémont (1976), que defende uma abordagem mais psicológica e subjetiva das relações com o espaço. Este geógrafo igualmente participa da elaboração de uma obra coletiva (Frémont et al, 1984) que confirma, com todas as evidências, a fundação da corrente da geografia social na França. Seus autores são, em origem, do laboratório já mencionado, J. Chevalier, co-autor, foi seu diretor até que Reymond Séchet lhe sucedesse recentemente. Estimulante, esta obra busca romper com uma velha geografia e se abrir plenamente aos métodos de outras ciências sociais.

Mas, será que o fervoroso entusiasmo dessa década de 1980 gerou mudanças esperadas no interior da disciplina? Estabeleceu com força esta “geografia diferente”? Não se pode duvidar do engajamento dos pesquisadores desta rede, que vão rapidamente dar uma dupla acepção ao qualificativo “social”: afirmar a socialidade do espaço; mas também concentrar o foco geográfico nas “questões sociais”. Para Robert Hérin (1999), que traça seu percurso intelectual em paralelo ao seu engajamento político próximo da esquerda comunista, trata-se de praticar uma geografia “crítica e responsável”, uma “geografia das desigualdades”, que deve tratar “das diferenças e das disparidades”. De fato, os trabalhos do grupo se interessam pela produção das variações sociais, via espaço, como os trabalhos de R. Séchet (1996, ver também Fleuret e Séchet, 2002) sobre a pobreza, ou os de P. Petsiméris (1995) sobre a segregação na Grande Londres. No conjunto, fica, entretanto, difícil reunir o conjunto das pesquisas produzidas no seio desta rede sob uma mesma bandeira. São numerosos os temas e as áreas geográficas exploradas de maneira convincente, desde questões fundiárias no Mali (Bertrand, 1995), as dinâmicas urbanas na Colômbia (Gouesët, 1996), os lugares de

produção cultural (Gravari-Barbas e Violier, 2003), até as ancoragens e mobilidades dos docentes na França (Veschambre, 1994). Os métodos destas pesquisas seguem diversos, e a cartografia continua a figurar, no entanto, como a ferramenta privilegiada dos bons estudos. E podemos perguntar sobre esta permanência, já que a reformulação do projeto geográfico demandava um certo distanciamento em relação às práticas associadas aos conhecimentos clássicos julgados insatisfatórios. Falta uma crítica conduzida sobre o que é concebido como um “aparelho de verdade”—o mapa—ao qual um bom número de geógrafos franceses continua a consagrar um culto incondicional, e a geografia social talvez não tenha levado seu projeto tão longe quanto projetava a obra precursora de 1984. Ela dá, às vezes, a impressão de ter investido mais nas questões do tipo “atlas” (para aí figurar por exemplo a distribuição diferencial dos indicadores sociais) que no aprofundamento de seu projeto teórico voltado às outras ciências sociais.

GEOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA DA TERRITORIALIDADE

Seria injusto, contudo, deter-se sobre uma nota assim negativa, pois a corrente da geografia social ofereceu um balão de oxigênio do qual muitos se nutriram, e continuam ainda a se nutrir, fora das equipes certificadas. Uma rede de afinidades conceituais religa esta corrente àquela trazida pelos geógrafos da “territorialidade”. Acreditamos que uma visão da geografia social na França não pode ser reconstruída sem passar por esta famosa noção de “território”. Bastante próxima da acepção inglesa de “*place*”, resgatada destas acepções etológicas e políticas, o território significa sem dificuldade a tomada em conta “em um lugar de todos os registros da vida humana e social” (Di Méo, 1998). Ele é o conceito agregador unificador de uma comunidade esparsa

de geógrafos franceses que não se reconhecem nas abordagens positivistas que ocuparam a frente da cena no curso dos 20 últimos anos. É necessário assinalar que no contexto da reelaboração profunda da disciplina que se opera na década de 1970 (uma verdadeira ciência é reivindicada), três polos emergem ligados a algumas revistas que constituem, ainda hoje, importantes referências da disciplina. 1) A geografia política de Yves Lacoste se desenvolveu na revista *Hérodote*. 2) A empresa mais inclassificável de Jacques Lévy—geógrafo político eclético, navegando com desenvoltura entre as disciplinas e os centros de interesse—se desdobra na revista de ciências sociais *Espaces Temps*. 3) Por fim, a análise espacial e o método estrutural explicado por Roger Brunet está associado à *L’Espace Géographique*, revista criada por este mesmo geógrafo. Corrente muito importante da geografia francesa, a análise espacial² pode abalar a instauração de uma ordem positivista, bem antes que sua rediscussão interviesse com termos prontos à denunciar os desvios espacialistas dessa abordagem, em particular os do método “coromático”³ que tira sua autoridade, conforme Lussault (1999), da potência da linguagem visual. Assim, o “território” reúne em bom número os insurgidos e os refratários, mesmo sendo importante dizer que não há nada propriamente a falar do estado de guerra, a revista *L’Espace Géographique* se impõe aliás—por sua vez—como o lugar de todos os debates, e não de uma escola particular. Vê-se, portanto, delinear-se uma constelação de geógrafos da “territorialidade”,

2 A análise espacial responde ao objetivo de “pesquisa de leis” ou de “regularidades na localização dos fenômenos na superfície da Terra”. Ela se “traduz sempre por seus tratamentos estatísticos” ou “por trabalhos de modelização clássicos” (segundo M. Le BERRE, in *Colloque de la section 39*, 1997, p. 11)

3 A “coromática” explicada por Roger Brunet é um método de modelização gráfica onde os “coremas” figuram modelos elementares que permitem considerar as estruturas e dinâmicas espaciais (ver Grataloup, in Knafo, 1997, p. 406).

geração quase espontânea, menos inscrita em filiações. Na Universidade de Pau e de Bourdeaux, os trabalhos de X. Piolle (1990) e os de Guy Di Méo (1998) fornecem referências indispensáveis para compreender o território como uma noção descentralizada a restituir ao espaço toda a espessura de sentido que lhe é dada por aqueles que o apropriam. Entra-se aqui nas formulações sensíveis ao conceito de identidade e de memória, no jogo dos atores sociais. Um polo equivalente e ao mesmo tempo espontâneo está localizado na Universidade de Grenoble em volta de Hérve Gumuchian (1991) cujos trabalhos primeiramente inspirados pela corrente do “espaço vivido”, orientam-se nitidamente em direção à questão das representações: como elas se traduzem em atos e produzem o território. Aqui se anuncia claramente o princípio de um espaço cuja realidade não existe fora dos quadros mentais. Os trabalhos de B. Debarbieux (1995, 1995), antigo aluno de Gumuchian, orientam-se no sentido das formas discursivas que condicionam a semantização dos espaços. Tanto os polos de Pau como os de Grenoble estão ligados à uma rede de colaborações mais larga com colegas francófonos estabelecidos na Suíça. Deste ponto de vista, os trabalhos de C. Raffestin (1980, 1986) em Genebra foram decisivos nos avanços destes geógrafos franceses no curso dos anos de 1980.

Este “movimento” da territorialidade constitui, a meu ver, um dos mais animadores do momento para que a disciplina consiga, na França, consolidar um alicerce teórico que continua a ser frágil. É, com efeito, entre os geógrafos intimados a conceitualizar suas abordagens a partir da noção de “território” e de seus derivados que encontramos os empreendimentos teóricos mais convincentes e os melhor armados do ponto de vista dos conhecimentos gerais da teoria social. Esta corrente que permanece bastante espalhada fora dos dois polos mencionados, dinamiza, em todos os casos, numerosas

iniciativas de pesquisa próximo de um público de estudantes que parecem estar preparados para preencher um certo vazio conceitual. A emergência de uma nova geração de docentes-pesquisadores parece se delinear, como por exemplo, nos trabalhos de F. Tesson (1996) em Bourdeaux sobre os atores políticos do território ou os de P. Bourdeau (1991) em Grenoble sobre a territorialidade dos guias de alta montanha, para citar alguns destes jovens docentes que pertencem a esta miríade da geografia da territorialidade.

O POLO DE “GEOGRAFIA CULTURAL”

Este polo está, sem dúvida, ligado ao nome de Paul Claval. Apresentado como uma figurada corrente “amarrada às concepções individualistas e liberais” (Marconis, 1996, p. 173), este geógrafo, professor no seio do emblemático departamento de geografia da Sorbonne de Paris, é autor de uma soma impressionante de obras, tendo esquadrinhado a maior parte da geografia humana (entre outros Claval, 1980; 1984). Verdadeiro “condutor” ou “transmissor”, Paul Claval coloca em contato a geografia francesa com suas homólogas do estrangeiro, um empreendimento que permanece ainda raro na disciplina. Consta que ele foi o primeiro, e ainda hoje quase o único, a ter apresentado, na França, as correntes pós-modernas de língua inglesa (Claval, 1992). A “geografia cultural” constitui o projeto mais bem-sucedido ao qual ele se consagrou antes de sua aposentadoria recente. Paul Claval está ainda atualmente presente no centro do comitê editorial da revista *Géographie et Cultures* que ele fundou em 1992 quase simultaneamente à uma coleção de obras do mesmo nome publicada pela editora L’Harmattan. É esta revista que marca a oficialização da existência da corrente de geografia cultural na França.

Curiosamente, encontraremos, entretanto, as orientações deste novo componente expostos em um número antigo da revista *L'Espace Géographique* (1981) consagrada à “abordagem cultural em geografia”. Prova que é impossível configurar a geografia francesa como compartimentada no interior de diferentes “escolas”, é justamente à esta revista associada à modelização espacial que devemos o batismo do “ramo cultural” na disciplina. Certamente, o debate vai servir para afirmar posições diferentes – mas que se aceitam mutuamente –, de um lado, com aqueles que reclamam a adoção de um “ponto de vista cultural” em geografia, à saber “estar pouco mais longe dos fatos e um pouco mais perto das significações” (Berque, 1981, p. 290); de outro, aqueles que admitem a validade de um tal delineamento sob a condição de não “substituir uma ditadura por outra e uma mutilação por outra”, o que quer dizer que “o cultural” não é mais valorizado aqui que “o econômico” (Brunet, *ibid*, p. 298). O conteúdo deste número não está muito distante dos termos que continuam a definir, mais de 20 anos após, o projeto de geografia cultural. Construída em uma relação de complementaridade com as outras abordagens da disciplina, esta corrente se limita, em definitivo, a justificar a consideração dos fenômenos ligados aos sistemas de valores, às ideologias, e às linguagens simbólicas em geral, para mostrar como o espaço é capaz de lhes traduzir. Assim, nos diz Claval (*ibid*, p. 247), o espaço “se combina com a língua, a moral, a religião, os costumes, para definir o grupo de pertencimento”. Neste mesmo número de *L'Espace Géographique*, encontra-se uma consideração da obra “*Humanistic Geography*” publicada em 1978, onde aparecem já os nomes daqueles (David Ley, Gunnar Olson, James Duncan...) que participarão do que aparece, no meu entender, como uma ruptura epistemológica para a geografia anglo-americana, aquela associada ao **cultural turn**. Não é um acaso que o livro é então visto como

praticante de um “filosofismo”. Porque a geografia francesa entende não se desfazer de uma concepção de um espaço considerado como dotado de leis que se prestam quase “naturalmente” à sua descoberta pela abordagem científica. A geografia cultural não vai ao encontro deste raciocínio, mas ambiciona somente lhe trazer um componente adicional. A perspectiva teórica trazida por J. Bonnemaïson (1981) neste mesmo número, ao longo de um texto que se tornou referência, traduz bem esta visão na qual o espaço se compõe de três estágios: o espaço objetivo das estruturas, o espaço vivido que traduz as práticas, e o espaço cultural que prolonga um universo carregado de afetividade e de significações. Se este recorte evoca a célebre trilogia de H. Lefebvre (1974), ele não repercute, entretanto, na contribuição explicativa das ligações entre materialidade, discurso e representação. Ele participa antes da expressão, talvez inconsciente, de uma repetição das competências dentro da disciplina.

As contribuições mais recentes de P. Claval (1995, 1997) não se destinam a reforçar um conteúdo teórico para pensar as relações entre o material e o ideal. Elas reafirmam antes a disposição comprovada desta geografia em informar sobre as numerosas concepções de cultura e de geografia cultural praticadas fora do espaço acadêmico francês, sem que seja possível extrair uma concepção definitivamente atribuída ao autor. Vista pela “comunidade”, esta geografia cultural é descrita como “a abordagem humanista dos fenômenos espaciais” que exprimem o “retorno, com força, de uma geografia se reconectando com uma antiga tradição, as fontes da geografia clássica francesa” e que “se funda menos em ruptura que em continuidade” (Le Berre, Colóquio da Secção 39, 1997, p. 17-18). Uma visão que se confirma na obra de A.L. Sanguin (1993), membro da equipe de P. Claval, consagrada ao “gênio” de Vidal de La Blache.

Nós estamos muito longe de uma nova geografia cultural de língua inglesa que, como bem o analisou B. Debarbieux (in Staszak, et al., 2001, p. 208), não é “uma modesta sub-disciplina”, mas um projeto que implica “a rediscussão dos quadros epistemológicos da geografia”, bem como “a definição dos objetos e das categorias segundo as quais a pesquisa se organiza no seio da disciplina”. Não será, portanto, espantoso ler sob a pluma de jovens doutores, tendo querido localizar seus trabalhos sob os auspícios da geografia cultural, uma certa decepção como aquela expressa por B. Grésillon (2000 a e b)–único geógrafo francês, no meu conhecimento, tendo empreitado de se interessar pela cultura homossexual – para que a corrente “cultural”, apesar da perseverança de P. Claval, está ainda balbuciante e seu projeto “inacabado”.

Entretanto, os esforços de uma geração emergente são promissores. Formados no polo da geografia cultural ou tendo reagrupado após seus estudos, estes geógrafos (Staszak, 1997; Hancock, 2001; Collignon, 1996) mostram uma sensibilidade particular pelas abordagens inspiradas por seus colegas britânicos e americanos. Aluno de P. Claval, J.F. Staszak multiplica as iniciativas originais, desencrava esta geografia cultural e a conduz à explorar, de maneira teoricamente credível, temas novos. Ele dirigiu, em particular, um número especial dos *Annales de Géographie* (Staszak, 2001) consagrado ao “espaço doméstico” onde se encontra afirmada a pertinência de um campo de estudos geográficos do “território da intimidade”, como espaço engajado nos procedimentos de construção de si. Ele igualmente coordenou uma ontologia de textos – traduzidos do inglês e comentados por diversos geógrafos franceses – destinada a fazer a ponte entre as correntes mais recentes da geografia “anglo-saxônica”. Esta última empresa merece tanto ser sublinhada quanto ele não está pouco à vontade de falar de “geografia

pós-moderna” na França ao olhar de suspeita de heresia científica que imediatamente atenta contra a credibilidade daquele ou daquela que se expõe em falar sobre isso. Muito presas à geografia, pelo cuidado constante que elas exprimem de querer trabalhar pela disciplina, estas iniciativas tendem a se emancipar nitidamente e se contrapor ao polo “cultural” da Sorbonne (Paris IV), o que talvez prenuncie uma evolução que estará, desta vez, mais em ruptura do que em continuidade.

“ELÉTRONS LIVRES” NO SEIO DA GRANDE FAMÍLIA GEOGRÁFICA FRANCESA

A geografia social e cultural na França não se limita a estes polos. Estes últimos não são tão nitidamente caracterizados como se poderia acreditar. À maneira de Alain Reynaud (in Knafo, 1997, p. 367), pode-se mesmo evocar “uma dispersão espantosa dos geógrafos em múltiplos campos do saber”. Deve-se aqui mencionar os trabalhos amarrados às “áreas culturais” por sua tendência a desencravar o saber geográfico e a inscrevê-lo em campos nitidamente interdisciplinares, reunindo os especialistas das áreas em questão. Citamos, para um simples resumo deste vasto conjunto, os trabalhos de C. Ghorra-Gobin (1997) sobre a cidade americana, os de M. Bruneau (2002) sobre a Ásia de sudeste, os de P. Gervais-Lambony (1997) sobre a África do Sul, ou ainda os trabalhos de J. Monnet (1993) sobre a cidade do México. Mas, a lista está longe de estar fechada. É verdade que o saber geográfico na França parece ser produzido por pesquisadores e universidades bastante autônomos, evoluindo além dos pertencimentos a escolas ou “capelas” ainda que frequentando estas últimas. Já qualificamos o empreendimento de Jacques Levy (1994) “de inclassificável quando ele inscreve sua abordagem do espaço no campo das ciências sociais, sem reivindicação de uma afiliação geográfica particular. No mesmo

sentido, podemos evocar os trabalhos mais “culturais” de Augustin Berque. Eles se dedicam, entre outras coisas, à civilização japonesa, particularmente aos sentidos da forma urbana, às relações entre o ecológico e o simbólico (Berque, 1993). Eles também são constituídos por ensaios sobre a noção de paisagem de onde resulta uma concepção muito próxima daquela de autores britânicos como D. Cosgrove. Eles atribuem à modernidade uma concepção paisagística particular pelo distanciamento da “natureza” – por sua coisificação – supondo que se exerce sobre ela o olhar de um observador (Berque, 1995). Outro geógrafo “elêtron livre”, Michel Lussault, entrega escritos teóricos de uma grande qualidade que vêm de maneira convincente solidificar um projeto de pesquisa onde a articulação entre o pensamento e materialidade torna-se, enfim! a prioridade. Sua noção de “regime de visibilidade” é particularmente rica: “as substâncias sociais tornam-se visíveis, sua existência se cristaliza: falar do espaço, é evocar o **regime de visibilidade** das substâncias sociais” (Lussault, 1999, p. 245). Sensível ao domínio da ação política, M. Lussault encara o espaço como o instrumento essencial de construção de legitimidade, pelo “efeito de visibilidade” que faz com que o espaço seja imediatamente significante do que é empreendido (Lussault, *In* Lévy et Lussault, 2000, p. 30). A ação política sobre o espaço integra uma “economia semiótica” constituída de um conjunto de signos verbais e textuais, cujos documentos visuais, os quais são mobilizados em uma narrativa do espaço que vem traduzir o aparente domínio do real (Lussault, 1995; 1996).

A compilação de textos reunidos por J. Lévy e M. Lussault (2000) poderia ser um meio de aproximar esta miríade de geógrafos qualificados de “elétrons livres” e aqueles aos quais infelizmente não podemos dedicar mais espaço. Acreditamos que seria falso, entretanto, deduzir que esta miríade corresponde à uma explosão da

disciplina ou à uma “justaposição de isolados”, como sugere Reynaud (*in* Knafou, 1997, p. 366). Os geógrafos franceses, cujo número de estudantes se eleva a aproximadamente um milhão (dos quais 800 nas universidades e o restante em organismos de pesquisa) têm interesse em pertencer à esta Grande Família, cuja única palavra “geografia” basta para gerar a ligação (ver sobre este ponto Pailhé, 1999). Como afirma J. Lévy (*in* Knafou, 1997, p. 342), a disciplina não está estruturada “em territórios rígidos”, mas antes em “afinidades organizadas em redes abertas”. Daí esta ausência de reivindicação para defender tal ou qual projeto. Daí também esta espécie de letargia dos 15 últimos anos que faz com que não se tenha mais interesse de permanecer de bom grado com seu “parente geógrafo” que de revolucionar a disciplina. Porque a aposta central é a de conservar este território disciplinar ainda em construção onde torna-se possível fazer carreira, e mesmo uma bela carreira, à custa de operações inovadoras, sem jamais ser demasiado perturbadoras, perto de uma sessão bastante consensual. Curiosamente, é isto que permite uma certa criatividade e termina por tornar a geografia francesa dinâmica. Em um contexto que tende a ser mais fortemente normado do ponto de vista relacional do que do ponto de vista científico, tudo se torna possível em termos de inovação discursiva, a partir do momento em que o “geógrafo” é reconhecido como tal. Mas esta identidade sendo ela mesma dependente da formação universitária adquirida (do título de “doutor em geografia”), imagina-se que nem sempre é tão fácil sair das categorias de saberes recebidos.

Uma tal análise compensaria ser nuançada. Ela só explica, aliás, parcialmente, este inacreditável afastamento entre as geografias anglófona e francesa do qual se avalia melhor a importância quando se sabe, por exemplo, que uma única geógrafa na França, talvez duas, constituem somente elas, a corrente feminista (Coutras, 1996;

Coutras e Fagnani, 1989). Após o recrutamento massivo dos anos de 1960, não houve renovação de gerações. Os geógrafos que tinham empreendido, sem consumir verdadeiramente, a ruptura com o projeto clássico, não foram substituídos. Mas, sobretudo, falta ainda hoje à geografia francesa um verdadeiro programa de reforma do ensino superior. Resolvida a se afirmar como ciência social do espaço, ela continua a ser ensinada “através dos pares aprovados da geografia pós-vidalina: humana e física, urbana e rural, regional e geral, etc.” (Bergel e Veschambre, in Rérin e Muller, 1998, p. 247). Até quando a sociologia, a antropologia, a filosofia... ensinadas nos departamentos de geografia para que os geógrafos recebam, enfim, a formação que eles aspiram e que eles não tenham mais que ser formar por eles mesmos? Pois não se trata, certamente, de fazer desaparecer a disciplina especializada sobre o espaço, mas ao contrário, de reforçá-la dando-lhe meios de ser, enfim, uma verdadeira ciência social consagrada ao espaço.

Eu não reclamo, da minha parte, algum tipo de alinhamento com a geografia britânica e a entronização dos *cultural studies*, das correntes feministas, *gay* ou *lesbian, postcolonial* ou *subaltern* na paisagem francesa. Eu reivindico mais simplesmente a constituição de um campo de saberes críticos no qual o espaço é reconhecido sem ambigüidade nem compromisso, como instrumento incontestável e potente da atividade simbólica: o estudo da materialidade como forma incontestada da existência social. ☉

REFERÊNCIAS

- BERQUE, A. **Du geste à la cité**. Formes urbaines et lien social au Japon. Paris: Gallimard, 1993.
- BERQUE, A. **Les raisons du paysage**. Paris: Hazan, 1995.
- BERTRAND, M. Bamako, d’une republique à l’autre. **Annales de la Recherche Urbain**, n. 66, p. 40-51, 1995.
- BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L’Espace Géographique**, v. 10, n. 4 p. 249-262, 1981.
- BOUDEAU, P. Guides de haute montagne. Territoire et identité. **Revue de Géographie Alpine**, 1991.
- BORDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Éditions de Minuit, 1984.
- BRUNEAU, M. Évolution des étagements ethno-politiques dans les montagens sino-idochinoises. **Hérodote**, n. 107, p. 89-117, 1984.
- CLAVAL, Paul. **Les mythes fondateurs des sciences sociales**. Paris: PUF, 1980.
- CLAVAL, Paul. **Géographie humaine et économique contemporaine**. Paris: PUF, 1984.
- CLAVAL, Paul. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.
- CLAVAL, Paul. La géographie culturelle et l’espace. In: STASZAK, J.-F. **Les discours du géographe**. Paris: L’Harmattan, 1997.
- COLLIGNON, B. **Les Inuit**. Ce qu’ils savent du territoire. Paris: L’Harmattan, 1996.
- COLOQUE de la section 39 du Comité Nationale de la Recherche Scientifique. **Espaces, Territoires et Sociétés**. Les recherches françaises em perspective. Paris: CNRS, 1997.
- COUTRAS, J. **Crise urbaine et espaces sexués**. Paris: Armand Colin, 1996.
- COUTRAS, J.; FAGNANI, J. Sexes et espaces. **Espace, Populations, Sociétés**, n. 1, p. 11-14, 1989.
- DEBARBIEUX, B. Le lieu, le territoire et trois figures de rhétorique. **L’Espace Géographique**, v. 24, n. 2, p. 97-113, 1995.
- DEBARBIEUX, B. Le lieu symbole et fragmente du territoire. **Espaces et Sociétés**, n. 82-83, p. 12-35, 1996.

DIMÉO, G. Le territoire: um concept essentiel de la géographie sociale. In: HÉRIN, R.; MULLER, C. **Espaces et sociétés de la fin du XX siècle**. Quelles géographies sociales? Colloque de Géographie sociale de Caen du 10 et 11 octobre 1996, Les Documents de la Maison de la Recherche em Sciences Humaines de Caen, n. 7, p. 49-61, 1998.

DIMÉO, G. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998.

FLEURET, S.; SÉCHET, R. **La santé les soins les territoires**. Penser le bien-être. Rennes PUR, 2002.

FRÉMONT, A. Recherches sur espace vécu. **L'Espace Géographique**, n. 3, p. 231-238, 1974.

FRÉMONT, A.; CHEVALIER, J.; HÉRIN, R.; RENARD, J. **La géographie sociale**. Paris: Masson, 1984.

GEORGES, P. **Géographie sociale du monde**. Paris: PUF, 1945.

GERVAIS-LAMBONY, P. **Afrique du Sud et les tats voisins**. Paris: Armand Colin, 1997.

GHORRA-GOBIN, C. **Los Angeles le mythe américain inachevé**. Paris: CNRS, 1997.

GOUËSET, V. Un siècle de concentration en Colombie. In: BLANQUET, J.-M.; GROS, C. (Ed.) **La Colombie à l'aude du troisième millénaire**. Paris: CREDAL; Éditions de l'IHEAL, 1996. p. 167-191.

GRAVARI-BARBAS, M.; VIOLIER, P. **Lieux de cultre, culture des lieux**. Rennes: PUR, 2003.

GRÉSILLON, B. Faces cachées de urbain ou éléments une nouvelle centralité? Les lieux de la culture homosexuelle à Berlin. **L'Espace géographique**, n. 4, p. 301-313, 2000a.

GRÉSILLON, B. **Berlin métropole culturelle Essai géographique**. Thèse de doctorat, Fontenay Saint-Cloud, École Normale Supérieure (ENS), 2000b.

GUMUCHIAN, H. **Représentations et aménagement du territoire**. Paris: Economica, 2001.

HANCOCK, C. De histoire la géographie des espaces publics urbains le regard étranger. In: GHORRA-GOBIN, C. (Ed.) **Réinventer la ville les espaces publics heure globale**. Paris: L'Harmattan, 2001. p. 133-137.

HÉRIN, R.; MULLER, C. Espaces et Sociétés de la fin du XXe siècle Quelles géographies sociales? **Espaces et sociétés de la fin du XX siècle**. Quelles géographies sociales? Colloque de Géographie sociale de Caen du 10 et 11 octobre 1996, Les Documents de la Maison de la Recherche em Sciences Humaines de Caen, n. 7, 1998.

HÉRIN, R. Pour une géographie sociale critique et responsable. In: CHIVALLON, P.; RAGOUET, M. **Discours scientifiques et contextes culturels**. Géographies fran aises et britanniques à l'épreuve postmoderne. Talence: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme d'Aquitaine, p. 129-139, 1999.

KNAFOU, R. **L'état de la géographie**. Autoscopie une Science. Paris: Belin, 1997.

L'Espace Géographique. L'approche culturelle en géographie, v. 10, n. 4, 1981.

LEFEBVRE, H. **La production de espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEVY, J.; LUSSAULT, M. **Logiques de espace Espriides lieux**. Geographies Censy. Paris: Belin, 2000.

LUSSAULT, M. Reconstruire le bureau pour en finir avec le spatialisme. In: CHIVALLON, P.; RAGOUET, M. **Discours scientifiques et contextes culturels**. Géographies fran aises et britanniques à l'épreuve postmoderne. Talence: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme d'Aquitaine, 1999. p. 225-251.

LUSSAULT, M. La ville clarifiée les usages carto et iconographique en oeuvre dans le projet urbain. In: DE MAXIMY, R.; CAMBRÉZY, L. (Ed.) **La cartographie en débat**. Représenter ou convaincre. Paris: ORSTOM-Khartala, 1995. p. 157-193.

Uma visão da geografia social e cultural na França
Christine Chivallon

LUSSAULT, M. L'espace pris aux mots. In: LEVY, J. (Ed.) **Nouvelles Géographies, Le Débat**, 92. Paris: Gallimard, 1996. p. 99-110.

MARCONIS, R. **Introduction la géographie**. Paris: Armand Colin, 1996.

MONNET, J. **La ville et son double la parabole de Mexico**. Paris: Nathan, 1993.

NOIN, D. (Ed.) **Géographie sociale**. Paris: Actes du Colloque de Lyon de 1982, 1983.

PETSIMERIS, P. Une méthode pour analyse de la division ethnique et sociale de espace intramétropolitain du Grand Londres. **L'Espace Géographique**, n. 2, p. 139-153, 1995.

PAILHÉ, J. La production de singularité dans la géographie française In: CHIVALLON, P.; RAGOUET, M. **Discours scientifiques et contextes culturels**. Géographies françaises et britanniques à l'épreuve postmoderne. Talence: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme d'Aquitaine, 1999. p. 141-156.

PIOLLE, X. Proximité géographique et lien social. **L'Espace Géographique**, n. 4, p. 349-358, 1990.

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Litec, 1980.

RAFFESTIN, C. Écogénèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (Ed.) **Espaces jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986. p. 173-185.

SANGUIN, A. **Vidal de la Blachê, un génie de la géographie**. Paris: Belin, 1993.

SÉCHET, R. **Espaces et pauvreté – La géographie interrogée**. Paris: L'Harmattan, 1996

STASZAK, J.-F. Dans quel monde vivons-nous Géographie phénoménologie et ethnométhodologie. In: STASZAK, J.-F. **Les discours du géographe**. Paris: L'Harmattan, 1997.

STASZAK, J.-F. Espaces domestiques. **Annales de Géographies**, n. 620, 2001a.

STASZAK, J.-F.; et al. **Géographies anglo-saxonnes**. Tendances contemporaines. Paris: Belin, 2001b.

TESSON, F. Discours politique ou renouveau territorial le réseau de villes, Pau-Tarbes-Lourdes. F. Guérit co-auteur. In: DI MÉO, G. (Ed.). **Les territoires du quotidien**. Caen: L'Harmattan, 1996. p. 163-184.

VESCHAMBRE, V. **Les professeurs du secondaire public essai de géographie un groupe social**. Caen, Université de Caen, Thèse de doctorat de géographie, 1994.

Submetido em Maio de 2023.

Aceito em Junho de 2023.